

**HABEAS CORPUS Nº 525.798 - ES (2019/0232696-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : A A R (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de A A R apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Consta dos autos ter o Juízo da 2ª Vara da Infância e Juventude de Linhares/ES deferido o pedido defensivo de progressão para uma medida mais branda (e-STJ fl. 28).

Irresignado, o Ministério Público estadual ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem dado provimento ao agravo de instrumento. Eis a ementa do aludido julgado (e-STJ fl. 43):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. MENOR. PROGRESSÃO DE MEDIDA. RELATÓRIO TÉCNICO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO QUE NÃO AUTORIZAM A PROGRESSÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO PARA LIBERDADE ASSISTIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Em que pese a determinação do STF, no bojo do Agravo Regimental no HC nº 143988, o STJ já firmou o entendimento de que "a existência de relatório técnico favorável à progressão de medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento motivado, justificar a continuidade da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos" (HC 323.690/SP, 5ª T., Rei. Min. Felix Fischer, DJe 01/10/2015).

2. As peculiaridades do caso concreto e, em especial, as circunstâncias pessoais do menor, não autorizavam a progressão da medida de internação que vinha sendo cumprida há cerca de um ano e

três meses quando do relatório, sendo certo que a medida deu-se de forma prematura e temerária, razão pela qual deve ser confirmada a liminar recursal, com o retorno do menor à Unidade Prisional a fim de que continue cumprindo a medida de internação.

3. Recurso conhecido e provido.

No presente *writ*, sustenta a impetrante que a determinação da internação pelo Tribunal *a quo* não veio acompanhada da devida motivação. Aduz que, *"conforme se vê no Acórdão, à fl. 86, ao fundamentar o Decisum o Eminentíssimo Desembargador Relator destaca que 'A existência de relatório técnico favorável à progressão de medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento motivado, justificar a continuidade da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos'. Nesse sentido, torna-se imperante destacar a evidente contradição existente; eis que seguindo esse raciocínio o trabalho dos próprios serventuários da justiça que acompanham o Paciente, os mais capazes para aferir a realidade do adolescente, seria completamente ignorado"* (e-STJ fl. 6).

Sustenta, outrossim, que *"a progressão para liberdade assistida não está adstrita a questões objetivas, como argumentado pelo Eminentíssimo Relator: cada caso é especial e deve ser assim avaliado pelo corpo técnico responsável por essa avaliação, que entendeu pela medida de liberdade assistida. Diante de tal conjuntura, cabe apontar que o art. 121, caput, do ECA, versa acerca da internação constituir medida privativa de liberdade sujeita ao princípio da excepcionalidade e respeito a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. Nesse raciocínio, em consonância as regras mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados de Liberdade, a privação de liberdade de um adolescente deve ser uma medida de último recurso"* (e-STJ fl. 7).

Busca, liminarmente, o deferimento do pedido para suspender os efeitos do acórdão vergastado e, no mérito, pugna que seja restabelecida a medida de liberdade assistida.

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 59/61.

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 68/118 e 123/127.

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 129/134, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Como visto, pretende a defesa a cassação do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local que deu provimento ao recurso ministerial para cassar a progressão da medida socioeducativa deferida pelo Juízo de primeira instância, nos seguintes termos (e-STJ fls. 45/48):

No caso dos autos o magistrado da 2ª Vara da Infância e Juventude de Linhares proferiu diversas decisões similares à presente em razão da determinação do Supremo Tribunal Federal, no HC nº 143988, para não permitir que a capacidade instalada na UNINORTE exceda 19%. Explicou o magistrado, então, que para a progressão da medida de Internação, levaria em consideração apenas o critério subjetivo socioeducativo, ou seja, a avaliação feita pelas equipes psicossociais.

Contudo, o Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que "a existência de relatório técnico favorável à progressão de medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento motivado, justificar a continuidade da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos" (HC 323.690/SP - 5º T. - unânime - Rel. Min. Felix Fischer - DJe 01/10/2015).

Observa-se então que o magistrado deverá, no melhor interesse do adolescente, apresentar justificativa idônea para sustentar a progressão ou não da medida, eis que essa revela-se como um processo de ressocialização, demonstrando que o jovem assimilou a finalidade socioeducativa da medida.

Tendo em vista as citadas diretrizes, entendo como temerosa a posição do magistrado em determinar a progressão sempre que o Relatório da Unidade de Internação entender e apenas com base neste critério. Deve o magistrado realizar uma ponderação entre a conclusão do Relatório da Unidade com as características pessoais do menor.

**Analisando o feito observo que o menor praticou diversos atos infracionais: i) ato infracional análogo ao crime previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/03, uma vez que em 10/04/2017 portava 01 'rifle adaptado, calibre .22 e 01 espingarda cartucheira de dois tiros, sem autorização, sem autorização, sendo-lhe aplicada medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade; ii) ato infracional análogo ao crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/00 e art. 14, da Lei nº 10.826/03 uma vez que no dia 11/08/2017 foi encontrado dentro de sua residência um**

**revólver, calibre .32, com 06 (seis) munições intactas, além de quantidade de substância entorpecente conhecida como maconha para venda, sendo-lhe aplicado medida socioeducativa de internação; iii) ato infracional análogo ao crime previsto no art. 121, §2º, inciso II e IV do CP, uma vez que, no dia 09/08/2017, em unidade de designo com outros maiores, ceifou a vida da vítima, sendo-lhe aplicada medida socioeducativa de internação.**

Salienta-se que as três Guias de Internação foram devidamente unificadas, mediante a decisão de fls. 41, restando a menos gravosa absorvida pela medida socioeducativa de internação.

**Ainda, da leitura do Relatório da Unidade de Internação, observa-se que o menor ainda responde por uma representação pelo ato infracional análogo ao crime previsto no art. 330 do CP.**

Em 18/01/2018 foi realizado o Plano Individual de Atendimento - PIA (fls. 33/38), no qual foram traçadas as metas a serem alcançadas pelo menor durante a execução da medida.

Destacou-se naquele Plano que aos 10 (dez) anos de idade o menor começou a fazer uso de maconha junto a outras crianças na pracinha do bairro aonde morava e que aos 12 (doze) anos iniciou-se no tráfico de drogas e outros atos infracionais.

**Relatou o menor, ainda, que possui conflitos na comunidade em que vive e que tinha divergência com um dos adolescentes que vivia na Unidade de Internação, na moradia conclusiva. Contou o agravado, ainda, que tinha irmãos envolvidos em práticas infracionais, privados de liberdade.**

**Ao final, concluiu a Equipe que o socioeducando era muito vinculado com a criminalidade, devido a fazer parte da estrutura do tráfico de drogas e guerras advindas das práticas infracionais.**

**Em 12/11/2018, foi elaborado o Relatório Técnico Extraordinário, quando o menor estava internado há apenas 01 (um) ano de 03 (três) meses.**

Narra a equipe técnica que durante a execução da medida o menor participou de cursos profissionalizantes, curso de voz e violão, oficina de marcenaria, entre outros eventos de cultura e lazer.

**Afirma a Equipe Técnica, ainda, que o menor vem apresentando comportamento satisfatório, mantendo boa convivência com a comunidade socioeducativa. Assim, pelo desenvolvimento e evolução positiva apresentada, somado ao apoio da família, a equipe técnica entendeu que a medida já alcançou a sua finalidade, sugerindo a sua progressão.**

**A despeito do trabalho empreendido pela equipe multidisciplinar, entendo que não ficou devidamente demonstrada a evolução no comportamento do menor no que**

**tange ao seu envolvimento com a criminalidade, parte da estrutura do tráfico de drogas e influência de seus irmãos.**

Salienta-se que o ambiente em que o menor anteriormente vivia facilitava o seu envolvimento com a criminalidade, havendo a prática de 03 (três) atos infracionais de natureza grave, destacando-se o homicídio qualificado.

Assim, diante da conduta social desregrada do menor, bem como pela demonstração de que a família não conseguia direcionar o adolescente, não vislumbrei no referido relatório a demonstração de como o jovem visa se afastar das más influências, inclusive em seu seio familiar - lembrando destacar que a possibilidade de trabalho com o pai sempre esteve presente, de acordo com o relato do próprio menor, mas que mesmo assim ele preferiu se envolver com a criminalidade para auferir maior renda.

Deste modo, seja em razão da não demonstração efetiva da real evolução do menor, seja porque não há um relatório anterior demonstrando a mudança de comportamento, mas apenas o PIA, entendo que o menor deve ser mantido na Unidade de Internação, pelo menos por mais 06 (seis) meses, para então se realizar nova avaliação, possibilitando a equipe interdisciplinar aprofundar as questões de responsabilização, limites, autocontrole, violência, cidadania, honestidade, entre outros pontos.

Portanto, ainda que a medida de interação constitua restrição ao status libertatis do adolescente, devendo se sujeitar aos princípios da brevidade e da excepcionalidade, na forma como determinada no art. 121 da Lei nº 8.069/90, não há nos autos demonstração segura de que o adolescente estaria pronto para progredir para uma medida menos gravosa.

[...]

Como visto, as peculiaridades do caso concreto e, em especial, as circunstâncias pessoais do menor, não autorizavam a progressão da medida de internação que vinha sendo cumprida há cerca de um ano e três meses quando do último relatório, sendo certo que a medida deu-se de forma prematura e temerária, razão pela qual deve ser confirmada a liminar recursal, com o retorno do menor à Unidade Prisional a fim de que continue cumprindo a medida de internação.

Acerca do tema, cumpre ressaltar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está pacificada no sentido de que o Magistrado, *"em razão do princípio do livre convencimento motivado, não está adstrito aos laudos elaborados pelas equipes de avaliação psicossocial, mesmo aqueles que sugerem a extinção da medida ou a progressão para medida socioeducativa mais branda, considerando que os*

*aludidos relatórios consubstanciam apenas um dos elementos de convicção, sem caráter vinculante"* (HC n. 351.942/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 21/2/2017).

No entanto, é preciso destacar que o afastamento das conclusões da equipe multidisciplinar pelo Magistrado responsável pela execução da medida socioeducativa, ou mesmo pelo Tribunal, demanda fundamentação plausível e idônea, considerando a situação do adolescente e não apenas a gravidade do ato infracional praticado ou as passagens anteriores pela Vara da Infância e Juventude.

Dessarte, é dada ao julgador a opção de não atender às sugestões do corpo técnico quanto à substituição da medida socioeducativa aplicada ou até mesmo quanto à sua extinção, desde que demonstrados, com base em elementos concretos dos autos, o não atendimento das metas propostas no Plano Individual de Atendimento ou a ausência de evolução adequada do reeducando, que revelem a necessidade de manutenção da medida ou a progressão para outra mais branda até ulterior avaliação.

**Na hipótese**, verifica-se que o Juízo de primeira instância determinou a progressão da medida imposta ao paciente para a de liberdade assistida, em consideração tão somente às conclusões do parecer técnico elaborado pela equipe de avaliação.

No entanto, o Tribunal de origem cassou tal decisão, considerando não apenas a gravidade dos atos infracionais praticados pelo paciente, mas também a existência de ato infracional ainda em apuração (art. 330 do Código Penal) e a ausência, no laudo elaborado, de demonstração inequívoca de evolução em relação ao Plano Individual de Atendimento, no qual constou a informação de que *"o socioeducando era muito vinculado com a criminalidade, devido a fazer parte da estrutura do tráfico de drogas e guerras advindas das práticas infracionais"*.

Concluiu a Corte *a quo*, portanto, ser mais adequada a manutenção do paciente em medida de internação por mais 6 meses, a fim de se pudesse realizar nova avaliação e aprofundamento das questões de *"responsabilização, limites, autocontrole, violência, cidadania, honestidade, entre outros pontos"*.

Tal entendimento, cumpre frisar, coaduna-se com o posicionamento desta Corte acerca do tema, senão vejamos:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AOS DELITOS DE HOMICÍDIO E ROUBO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA JUSTIFICADA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A negativa de progressão para medida mais branda decorreu da observância do magistrado, que avaliando o adolescente, verificou que ele não estava apto para a obtenção do benefício.

**2. Fundamentada a decisão que negou a progressão da medida de internação para outra mais branda, não há qualquer ilegalidade a ser sanada, pois, o magistrado não está vinculado à conclusão do laudo da equipe técnica.**

3. Habeas corpus denegado.

(HC 365.164/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 17/10/2016)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ECA. ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AOS DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DEFERIDA. DECISÃO CASSADA PELO TRIBUNAL A QUO. REITERAÇÃO INFRACIONAL. MANUTENÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA FUNDAMENTADA. MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR FAVORÁVEL. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação somente nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. Na hipótese dos autos, observa-se que o

Tribunal a quo manteve o paciente internado em razão de o adolescente ter outras três passagens na Vara de Infância e Juventude, inclusive pela prática de ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, além de ter sido apreendido enquanto cumpria medida socioeducativa anteriormente imposta, que não surtiu efeito, não havendo que se falar, portanto, em falta de fundamentação.

**3. A manifestação favorável apresentada pela equipe multidisciplinar sugerindo a aplicação de medida socioeducativa mais branda não vinculam o Juiz, o qual, com base no princípio do livre convencimento motivado, pode fundamentar a manutenção da medida de internação em outros elementos e provas constantes dos autos. Precedentes.**

Habeas corpus não conhecido.

(HC 336.515/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 06/06/2017, grifei)

Assim sendo, se por um lado *"A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não justificam, por si sós, a não substituição da medida de internação por outra menos gravosa, nos termos do art. 42, § 2º, da Lei n. 12.594/2012"* (HC 343.920/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 09/03/2016), por outro pode servir como reforço de argumentação, como no caso, para negar a progressão da medida socioeducativa de internação, com base na inexistência de demonstração inequívoca de que o reeducando evoluiu satisfatoriamente em relação ao que ficou explicitado no PIA, no sentido de ser *"muito vinculado com a criminalidade, devido a fazer parte da estrutura do tráfico de drogas e guerras advindas das práticas infracionais"*.

Não vislumbro, pois, o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator